



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48064.000514/2021-80

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

PREGÃO Nº ____/2022

(Processo Administrativo n.º 48064.000514/2021-80)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência – Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra

Atualização: Julho/2021

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço continuado de Motorista, com dedicação de mão de obra exclusiva nas dependências da Gerência Regional da ANM no Estado do Rio de Janeiro, localizada na Avenida Nilo Peçanha, nº 50 - Grupo 609-613 / 709-713 – Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-906, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor de Referência Mensal	Valor de Referência Anual
01	1	Serviço de Motorista – nível médio completo - CBO 7823-05, em regime de 44 horas semanais	Posto de trabalho	2	R\$ 8.530,86	R\$ 102.370,02
	2	Serviço de Motorista - Reembolso de Diárias com Pernoite	Un	216 (18 mensal)	R\$ 3.672,36	R\$ 44.068,32

1.2. A contratação será realizada em grupo único, formados por 02 (dois) itens. Por sua natureza, o item 2, de reembolso de diárias com pernoite, é diretamente vinculado ao item 1, prestação de serviços de motorista, não podendo ser prestado por outra empresa a não ser a licitante vencedora e, portanto, para não haver prejuízo para o conjunto da solução, não deverá ser divido ou parcelado.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de forma contínua com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. O caráter contínuo do serviço é determinado por sua essencialidade para o bom desenvolvimento das atividades da Gerência Regional da ANM/RJ, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional, aumentando os riscos de que os índices de satisfação dos cidadãos usuários sejam diminuídos, com consequentes prejuízos para a sociedade.

5.1.3. **Quadro 1 - Serviço de Motorista - Motorista**

CATEGORIA PROFISSIONAL	CATSER	CBO	JORNADA DE TRABALHO
Motorista	15008	7823-05	44 horas semanais
Descrição sumária das atribuições	Dirigir e manobrar veículos oficiais pertencentes à frota da Gerência Regional da ANM/RJ em estradas pavimentadas e não pavimentadas; conduzir pessoas e transportar objetos, documentos e pequenas cargas; realizar verificações e manutenções básicas do veículo; utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como software de navegação e outros; além de executar as demais atividades atinentes à categoria, observando a aplicação de procedimentos normativos e legais de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente		
Formação e experiência	Ensino médio completo, ou curso técnico equivalente, devidamente registrado ou declaração de conclusão, expedida por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Portar carteira nacional de habilitação – CNH no mínimo categoria “B” – EAR (Exerce Atividade Remunerada). Experiência em dirigir em estrada. Conhecimento em caminhonete com uso de tração, direção defensiva e primeiros socorros. Disponibilidade para viajar.		
Atividades	<p>Conduzir os veículos motorizados, de propriedade da Gerência Regional da ANM/RJ, utilizados no transporte oficial. Conhecer a dinâmica do posto que ocupa, bem como a perfeita utilização dos equipamentos colocados a sua disposição para o serviço.</p> <p>Zelar pela preservação do veículo da Gerência Regional da ANM/RJ sob sua responsabilidade em perfeito estado de limpeza, organização e conservação e satisfatórias condições de funcionamento, checando indicações dos instrumentos do painel, detectando problemas mecânicos e avarias no veículo, comunicando ao Fiscal e ao Gestor do Contrato qualquer fato superveniente para adoção de providências de manutenção.</p> <p>Realizar verificações e manutenções básicas adotando as providências necessárias ao bom funcionamento das partes mecânica e elétrica do veículo ao início de cada jornada de trabalho, como, por exemplo, mas não exaustivamente: verificar nível do combustível; abastecer veículo; limpar parte interna e externa do veículo; verificar estado dos pneus e realizar eventual troca; testar sistema elétrico; verificar nível do líquido de arrefecimento do reservatório; testar sistema de freios; conferir equipamentos obrigatórios do veículo, como estepe, macaco, chave de roda, triângulo, extintor de incêndio (verificando a validade do mesmo, retrovisores e quebra-sol); verificar nível de óleo; testar o funcionamento de todos os componentes do sistema (buzina, setas, pisca alerta, lanternas, farol alto e baixo, luzes de ré, do painel e interna), dos cintos de segurança e calibragem dos pneus.</p> <p>Zelar pela segurança dos passageiros e pedestres, como, por exemplo, mas não exaustivamente: verificar o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança, exigindo que os passageiros também usem o cinto e observando as demais normas de segurança inerentes à função; destravar portas do veículo apenas em local seguro; observar a sinalização, a velocidade e o fluxo de trânsito, bem como todas as regras de trânsito; dirigir com cautela e moderação, atendendo aos preceitos das orientações de direção defensiva; evitar arrancadas e paradas bruscas; buscar local seguro em caso de perigo; alterar itinerário em caso de situações de risco ou emergência; isolar veículo em caso de emergência ou situações anormais.</p> <p>Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais.</p> <p>Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nos veículos da CONTRATANTE, providenciando, de imediato, a remessa desses bens ao Chefe do Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro, com o devido registro.</p> <p>Ocorrendo desaparecimento de material do posto, comunicar o fato imediatamente à Chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito.</p> <p>Quando do abastecimento, efetuar anotações de quilometragem, quantidade de litros, data, localidade, bem como elaborar prestação de contas na forma requisitada pelo Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Ao final da jornada de trabalho, recolher o veículo devidamente abastecido, conduzindo-o à garagem ou ao local determinado pelo responsável indicado pelo Contratante, fazendo o fechamento do Boletim Diário de Transporte.</p> <p>Cumprir fielmente todas as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, da legislação complementar e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), ficando sob sua exclusiva responsabilidade as penalidades e medidas administrativas decorrentes da inobservância de qualquer desses preceitos, quando forem esses deveres e responsabilidade do condutor.</p>		

	<p>Auxiliar o carregamento e descarregamento do veículo, quando solicitado.</p> <p>Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução de serviços com os equipamentos de comunicação e software de navegação.</p> <p>Auxiliar na aplicação dos procedimentos de primeiros socorros.</p> <p>Solicitar socorro mecânico.</p> <p>Outras, compatíveis com as atividades da categoria.</p>
Competências Pessoais	<p>Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo</p> <p>Trabalhar em equipe</p> <p>Demonstrar criatividade</p> <p>Demonstrar cortesia</p> <p>Demonstrar capacidade visual espacial</p> <p>Tratar passageiros com polidez</p> <p>Dirigir defensivamente</p> <p>Demonstrar capacidade de tomar decisões rapidamente</p> <p>Demonstrar capacidade de equilíbrio emocional</p> <p>Demonstrar capacidade de análise</p> <p>Trabalhar sob pressão</p> <p>Demonstrar capacidade de autocontrole</p>

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos é de 18 mensais / 216 anuais. Há a necessidade de hospedagem, estimada em R\$ 150,00 **a ser acrescido o valor de jantar para o cálculo da diária de pernoite.**

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no subitem 4.26 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. A vistoria é facultativa.

7.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução do serviço, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 11:30 horas e das 14:30 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente através dos e-mails leandro.almeida@anm.gov.br e flavia.ismerio@anm.gov.br.

7.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3.2. Se houver necessidade de deslocamento e/ou hospedagem, para o município de prestação do serviço, esses devem ser arcados pelo licitante, caso deseje realizar a vistoria facultativa.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, admitidas prorrogações, por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, limitada a vigência ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

8.1.2. A prestação do serviço será realizada em conformidade com as cláusulas, condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes conforme instrumento contratual.

8.1.3. O serviço deverá ser prestados de forma contínua e indireta, através de empresa habilitada em conformidade com as normas que regulam o setor.

8.1.4. A contratação do serviço compreenderá o fornecimento de mão de obra especializada necessária à perfeita execução do serviço, conforme especificado neste Termo de Referência.

8.2. A execução do serviço será iniciada em 01 de novembro de 2022 ou em até 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do Contrato, na forma que segue:

8.2.1. O serviço será prestado nas dependências da Gerência Regional da ANM/RJ, localizada na Avenida Nilo Peçanha, nº 50 - salas 609 a 613 e 709 a 713 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, no desempenho das atividades de locomoção externa de seus servidores, funcionários e colaboradores.

8.2.2. Os veículos oficiais de propriedade da Gerência Regional da ANM/RJ são do tipo caminhonete (picape) de 5 passageiros de até 2 toneladas e se encontram estacionados no Museu de Ciências da Terra, situado à Av. Pasteur, 404 – Urca – Rio de Janeiro, de onde deverão ser retirados quando da necessidade de locomoção para serviços externos ou deslocamentos em viagens dos servidores e colaboradores da ANM e retornados à citada garagem quando do fim do expediente ou do serviço externo.

8.2.3. O endereço onde os carros devem permanecer estacionados pode ser alterado pela Contratante durante a vigência do contrato de prestação de serviço de motorista, devendo a Contratada se adaptar ao novo local de estacionamento no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a devida comunicação.

8.2.4. Caso haja alguma alteração no local da execução ou do estacionamento, a Agência Nacional de Mineração informará a empresa vencedora o novo endereço a fim de viabilizar a continuidade da prestação do serviço.

8.2.5. A alteração no local da execução ou do estacionamento, dentro do município do Rio de Janeiro, não ensejará nenhum tipo de ônus para a CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA a garantia da prestação em nova localidade, caso necessário.

8.2.6. O horário de funcionamento do Órgão é de 07h00 às 22h00 de segunda a sexta-feira, tendo como horário de atendimento ao público em geral das 8h00 às 18h00.

8.2.7. Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviço para atendimento da nova situação.

8.2.8. O serviço de motorista será executado de segunda-feira a sexta-feira das 07h00 às 19h00, com intervalo de 1 (uma) hora para o almoço, em jornada de trabalho de 8 (oito) horas e 48 (quarenta e oito) minutos de efetivo serviço, com carga horária de 44 horas semanais, inclusive nos deslocamentos com pernoites previsto nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, sendo um posto de 07h00 às 16h48 e o outro posto de 09h00 às 18h48.

8.2.9. O horário de trabalho e o intervalo para o almoço poderão ser flexibilizados de acordo com as necessidades do serviço e horário de expediente da Gerência Regional da ANM/RJ, respeitada a jornada estipulada, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas, para efetuar viagens e executar tarefas extraordinárias;

8.2.9.1. Em situações excepcionais de inobservância justificada do limite de jornada, devidamente registradas, e desde que não se comprometa a segurança rodoviária, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional empregado poderá ser elevada pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao seu destino, caso em que a CONTRATANTE admitirá a realização de hora-extra em caráter excepcional e mediante sua prévia autorização, por até 02 (duas) horas extraordinárias, nos termos do art. 59 da CLT. Na ocorrência da situação excepcional de realização de horas extraordinárias, a empresa deverá garantir a compensação através da administração do banco de horas e realização de acordo individual com seus motoristas para permitir a utilização de regime de compensação de jornada e banco de horas na forma dos §§2º, 5º e 6º do art. 59 da CLT, ou arcar com o pagamento das horas extraordinárias com o acréscimo estabelecido na Constituição Federal, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

8.2.10. Os postos de serviço não poderão ficar descobertos, e nas hipóteses de faltas dos funcionários, a empresa contratada deverá, no início da jornada do profissional, providenciar a disponibilização de um substituto, cujas qualificações sejam iguais às aquelas definidas para o serviço contratado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato.

8.2.11. Devem ser observados pelo(a) motorista:

8.2.11.1. Apresentar-se devidamente identificado(a) e uniformizado(a), com higiene e aparência pessoal adequadas;

8.2.11.2. Portar sempre os documentos dos veículos em uso e autorização de saída quando em serviço externo;

8.2.11.3. Portar documentação pessoal e profissional própria, para apresentação sempre que exigido;

8.2.11.4. Observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas da Autarquia;

8.2.11.5. Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do serviço;

8.2.11.6. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado durante a jornada de trabalho, à disposição da Gerência Regional da ANM/RJ, ausentando-se apenas quando substituído(a) ou quando autorizado pela chefia;

8.2.11.7. Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando desse local, em hipótese alguma, salvo em situações de absoluta necessidade, emergência ou perigo;

8.2.11.8. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;

8.2.11.9. Levar ao conhecimento do preposto ou Gestor do contrato, imediatamente, qualquer informação considerada importante ou qualquer irregularidade verificada.

8.2.11.10. Informar à pessoa competente toda e qualquer tipo de atividade suspeita ou que contraria as normas da Agência Nacional de Mineração.

- 8.2.11.11. Nunca fornecer informações a respeito de servidores ou colaboradores a terceiros, principalmente pessoas não identificadas;
- 8.2.11.12. Não abordar autoridades, ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto membros da Gestão de Contrato;
- 8.2.11.13. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- 8.2.11.14. Fica vedado aos motoristas fazerem-se acompanhar por terceiros nos veículos oficiais, sem expressa autorização do Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro.
- 8.2.11.15. Abster-se de execução de quaisquer outras atividades no horário de trabalho e/ou durante a condução do veículo em serviço para os quais foi incumbido pelo Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro;
- 8.2.11.16. Não utilizar o veículo para fins particulares ou guardar os veículos oficiais em garagem residencial.
- 8.2.11.17. Não se apresentar ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de quaisquer substâncias entorpecentes e/ou alucinógenas ou qualquer outra que possa comprometer sua perícia na condução do veículo ou execução dos serviços.
- 8.2.11.18. Não participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas, empresas ou à Administração Pública.
- 8.2.11.19. Responsabilizar-se pelo uso adequado do cartão de abastecimento, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal e o comprovante de pagamento do cartão ao Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro.
- 8.2.12. A execução do serviço será gerenciada pela Contratada, por meio de preposto, que poderá atuar de forma remota, devendo manter canais de comunicação sempre atualizados e disponíveis para manter contato com a Agência Nacional de Mineração.
- 8.2.13. O preposto fará o acompanhamento dos prazos, da qualidade e dos índices previstos no IMR com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo. Qualquer problema que venha comprometer o bom andamento das atividades e dos índices previstos no IMR deverá ser comunicado imediatamente à Agência Nacional de Mineração.
- 8.2.14. As respostas do preposto aos chamados da Agência Nacional de Mineração deverão ser imediatas, conforme prazos a serem definidos pelo fiscal ou gestor do contrato.
- 8.2.15. Os prazos para efetiva solução das pendências são os previstos neste Termo de Referência e/ou no Contrato, podendo, na omissão desses instrumentos, a fiscalização ou gestão do contrato estabelecer outros prazos, considerando a natureza e a complexidade do caso concreto.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 9.1.1. O piso salarial, a jornada de trabalho, os valores de jantar e demais benefícios da categoria profissional envolvida na execução do serviço de motorista utilizados pela Administração para apuração da estimativa de custos foram os definidos na Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, RJ001693/2022, entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Rodoviários de Passageiros Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento, Turismo, Escolar, Cargas, Logísticas e Diferenciados do município do Rio de Janeiro - SINTRUCAD-RIO, CNPJ n. 10.635.706/0001-83 e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado do Rio de Janeiro - SINFRERJ, CNPJ n. 29.212.925/0001-88.
- 9.1.2. A CONTRATADA pagará diária de viagem aos seus empregados que prestarem serviços à Gerência Regional da ANM/RJ nos casos de deslocamento com pernoite nas seguintes condições:
- 9.1.2.1. Será devida uma diária de viagem para cada dia de deslocamento com necessidade de pernoite a título de reembolso de **despesa com pernoite/hospedagem e jantar**;
- 9.1.2.2. Na hipótese de deslocamento que não resulte em pernoite não será devido o pagamento de diária de viagem;
- 9.1.2.3. O valor ofertado para o item 2 da licitação (reembolso de diárias com pernoite) é composto pela parcela de pernoite/hospedagem e pela parcela de alimentação/jantar, incidindo custos indiretos, lucro e tributos. O custo correspondente à **parcela de pernoite/hospedagem** não será objeto de disputa e deverá ser adotado o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme explicitado no subitem 9.1.3, um valor razoável para custeio com a hospedagem/pernoite do motorista, e o valor do jantar deverá obedecer ao disposto na Convenção Coletiva de Trabalho adotada pelo licitante.
- 9.1.2.4. Na ausência do valor de jantar previsto em Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante, deverá ser adotado o valor do auxílio-alimentação diário previsto na Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante ou seu equivalente diário de auxílio-alimentação mensal previsto na Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante em proporção de 22 dias úteis.
- 9.1.2.5. Em caso de viagens programadas e informadas à CONTRATADA com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, o pagamento das diárias de viagem deverá ser efetuado ao empregado no dia inicial do deslocamento;
- 9.1.2.6. Nos casos de viagens urgentes não programadas, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das diárias de viagem no prazo máximo de até o próximo dia útil do recebimento da solicitação, não devendo ser inclusas, em hipótese alguma, no contracheque e pagas junto com os salários.

- 9.1.2.7. A empresa deverá solicitar, mensalmente, o ressarcimento das diárias pagas aos seus empregados;
- 9.1.2.8. Os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão pagos pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante apresentação de nota fiscal de serviço com discriminação dos valores e comprovação de que foram pagas aos funcionários e após ateste pelo fiscal de contrato formalmente designado pela CONTRATANTE.
- 9.1.2.9. Para fins de composição dos custos da prestação do serviço, é estimado um total de 9 (nove) diárias de viagem mensais por posto de Motorista, ou seja, 18 (dezoito) diárias de viagens mensais, considerando os 2 (dois) postos de Motorista.
- 9.1.2.10. As quantidades de diárias são meramente estimativas de maneira a possibilitar isonomia da apresentação das propostas dos licitantes. Na execução contratual poderão não ocorrer exatamente nas quantidades previstas. Somente serão pagas as diárias efetivamente ocorridas no mês correspondente.
- 9.1.2.11. A forma de cálculo adotada tem como justificativa a de que diárias são insumos como quaisquer outros, e que devem ser inseridas na Planilha de Custos da licitante. O simples ressarcimento do valor das diárias traria prejuízos à contratada, na medida que incorre em custos com tributos, despesas administrativas e remuneração quando presta um serviço e emite Nota Fiscal.
- 9.1.2.12. Mensalmente a contratada deverá enviar planilhas discriminatórias da cobrança junto com a Nota Fiscal de Serviços, informando separadamente o valor da mão de obra, de diárias de viagem. Também deverão ser enviados os comprovantes relativos aos pagamentos de diárias de viagem e recolhimento de INSS e FGTS, com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante controle de ponto com visto da fiscalização do contrato.
- 9.1.3. Justifica-se a adoção do valor de pernoite de viagem superior fixado na Convenção Coletiva de Trabalho ao se considerar:
- 9.1.3.1. A recomendação de adequação dos valores das diárias de viagem dos motoristas terceirizados, a fim de torná-las mais próximas da realidade do mercado, presente no Relatório de Auditoria da CGU-RJ nº 201407508 da unidade auditada Superintendência do DNPM-RJ (SEI [3395083](#), fls. 1 a 3).

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Dificuldades pertinentes à área-meio da Superintendência, que vêm impactando, negativamente, a sua atuação operacional como um todo:

(...)

b) Carência de motoristas para realização de viagens: Conforme já abordado anteriormente, a Superintendência dispõe de apenas um motorista efetivo, que encontra-se em licença médica por três meses, desde o mês de março. Os quatro motoristas terceirizados têm direito a diária, porém bastante reduzida conforme contrato, o que inviabiliza a sua disponibilidade para viagens com pernoite. Apesar de a Regional dispor de cinco viaturas em condições de viagem, a carência de motoristas vem prejudicando as atividades de fiscalização e vistorias, essenciais para o seu adequado desempenho operacional;

(...)

Recomendação 2: Adequar os valores das diárias de viagem dos motoristas terceirizados, de forma a torná-las mais próximas da realidade do mercado, com o objetivo de possibilitar a realização de viagens pelos servidores, tão necessárias à rotina operacional do órgão.

- 9.1.3.2. Os motoristas são contratados para conduzir os veículos oficiais com previsão de deslocamento com servidores/empregados públicos/terceirizados e colaboradores pelas áreas de abrangência do Estado do Rio de Janeiro. Os valores das diárias dos hotéis variam muito em relação às diferentes regiões, sendo que em algumas situações o valor de uma diária em um hotel chega a ultrapassar o valor total da diária para o motorista, que se destina a custear suas despesas com hospedagem e alimentação. Este fato muitas vezes obriga os motoristas a ficarem mal hospedados e/ou não realizarem as refeições adequadas, como forma de gerenciar o valor da diária para não terem prejuízo. Um dos requisitos para que as viagens e deslocamentos sejam seguras para motoristas e passageiros, garantindo o bom desempenho de suas atividades, além de ser uma previsão legal, é que os motoristas realizem seu horário de repouso e intervalos para alimentação de forma adequada.
- 9.1.3.3. Assim, é necessário que os motoristas tenham repousado em lugares que ofereçam um mínimo de condições de conforto, higiene e segurança e tenham condições de se alimentar adequadamente, portanto justifica-se que o valor da diária tenha valor superior ao da Convenção Coletiva de Trabalho RJ001693/2022, entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Rodoviários de Passageiros Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento, Turismo, Escolar, Cargas, Logísticas e Diferenciados do município do Rio de Janeiro - SINTRUCAD-RIO, CNPJ n. 10.635.706/0001-83 e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ n. 29.212.925/0001-88, uma vez que esta prevê um valor de diária de R\$ 55,41 (quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos) a partir de setembro/2022 em sua Cláusula Vigésima Primeira, valor este insuficiente para atender as condições de estadia fora do domicílio.
- 9.1.3.4. A pesquisa de mercado do valor médio de diárias de hospedagem em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro realizada pela Agência Nacional de Mineração (SEI [4755895](#)) no período de 18/07 a 22/07/2022 resultou em uma mediana de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Tal valor se encontra abaixo do valor disponível aos servidores para pernoite de R\$ 259,26 (duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e seis centavos), se considerado o menor valor de diária pago aos

servidores públicos federais de R\$ 300,90 (Decreto nº 5.992/2006 e alterações), deduzido o auxílio-alimentação diário de R\$ 20,82 (=R\$ 458,00/22) e deduzido igual valor de R\$ 20,82 para janta.

9.1.3.5. O menor valor de pernoite encontrado foi de R\$ 50,00 (cinquenta reais), em Cabo Frio/RJ e o segundo menor valor foi de R\$ 64,00 (quatro reais) em Angra dos Reis/RJ, o que indica que o valor de pernoite presente na CCT RJ001693/2022 é insuficiente para a cobertura de custos com hospedagem encontrados.

9.1.4. Para o cálculo de vale transporte, **poderá** ser utilizada a tarifa vigente do Bilhete Único Intermunicipal (BUI), instituído pela Lei Estadual n.º 5.628, de 29 de dezembro de 2009, que permite a utilização de modais de transporte com alcance na região metropolitana do Rio de Janeiro, **bem como poderá** ser utilizada a tarifa vigente do Bilhete Único Carioca, instituído pela Lei Municipal nº 5.211, de 1º de julho de 2010, de modal municipal ônibus + ônibus / ônibus + BRT / ônibus + VLT, **bem como poderá prover outras formas de transporte**, cabendo à Licitante a adequação de sua proposta à sua realidade e à forma de como fará o transporte de seus funcionários.

9.1.4.1. Tal previsão se faz necessária porque o centro do Rio de Janeiro, onde está situada a Gerência Regional da ANM/RJ, consiste em bairro predominantemente comercial e turístico, que abriga a maior concentração de edifícios financeiros e de escritórios da cidade. Considerando o histórico do contrato anterior, constata-se que grande parte dos funcionários contratados são domiciliados em zonas distantes da região central, utilizando outros modais não cobertos na tarifa básica do Bilhete Único Carioca dos modais ônibus + ônibus / ônibus + BRT / ônibus + VLT de R\$ 4,05 - Decreto Municipal Rio nº 45.641, de 29 de janeiro de 2019. Desta forma, a não possibilidade de utilização do Bilhete Único Intermunicipal poderia resultar na priorização da contratação de trabalhadores de regiões centrais, ocasionando desigualdade de concorrência ao emprego pelos moradores de outras localidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tal fato é corroborado pelo histórico do contrato anterior, no qual parte representativa dos motoristas contratados durante a vigência do contrato utilizava o Bilhete Único Intermunicipal: metade (3/6) dos motoristas que foram contratados durante a vigência do contrato anterior utilizavam Bilhete Único Intermunicipal, 33,3% (2/6) utilizavam o Rio Card Modal com o Metrô e 16,7% (1/6) não utilizava vale-transporte.

9.1.5. O vale transporte deverá ser concedido na forma dos normativos vigentes que tratam do assunto e, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento da demanda de seus funcionários, a empresa contratada deve arcar com o ônus decorrente de valores variáveis e incertos, devendo complementá-los. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração efetuará o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.6. Machado, Pero e Mihessen (2015) abordam sobre os movimentos pendulares da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro quanto à movimentação trabalho-residência em seu artigo "Mobilidade Urbana e Mercado de Trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro", demonstrando que o fluxo de trabalhadores de municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para o município do Rio de Janeiro é elevado (Machado, D. C., Pero, V., & Mihessen, V. (2016). MOBILIDADE URBANA E MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. *Revista Da ABET*, 14(2). Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/27958>>. Acesso em: 14 fev. 2022):

(...) a distribuição espacial da residência dos trabalhadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro não necessariamente segue a dinâmica econômica da cidade e da região. Apesar de a cidade do Rio e do centro do Rio de Janeiro serem as áreas consideradas centrais na dinâmica da região, onde são tomadas a maior parte das decisões relativas ao desenvolvimento regional e que aglutinam grande parte das ocupações, existe um percentual considerável de pessoas que moram em outras localidades. Nesse sentido, para esse contingente de pessoas, questões relativas à mobilidade e à acessibilidade são importantes, não apenas como garantia de inserção na atividade econômica, mas também como garantia de qualidade de vida.

Tendo em vista esse total de pessoas que mora fora do centro da cidade do Rio, durante o dia, no horário comercial, a capital fluminense recebe enormes contingentes de pessoas. No horário de trabalho, ocorre um aumento expressivo da população da cidade do Rio, o que se reflete em maior demanda por serviços públicos, tais como os transportes, por exemplo.

(...) A intensidade do movimento pendular intermunicipal varia bastante com o local de moradia dos trabalhadores da RMRJ. Por exemplo, mais de 90% dos trabalhadores que moram na cidade do Rio de Janeiro trabalham também no Rio, seja dentro do próprio domicílio (mais de 20%) ou não (mais de 70%). Isso acontece porque o Rio representa uma zona de atração de empregos, concentrando os postos em seu território. Vale destacar que para alguns outros municípios que compõem a RMRJ, os trabalhadores também se inserem no mercado de trabalho do próprio município de residência.

Por outro lado, para alguns municípios, o mercado de trabalho local não parece ser suficiente para absorver grande parte da população residente. Cerca de 60% dos trabalhadores ocupados de 15 a 70 anos moradores de Nova Iguaçu trabalham em outros municípios. Percentual também elevado ocorre para trabalhadores residentes de Mesquita, Japeri, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti e Queimados.

Assim sendo, para vários municípios da periferia, entendida aqui como todos os municípios que compõem a região metropolitana do Rio à exceção da capital, a parcela de trabalhadores cujo emprego está fora da cidade onde moram chega a 44%. (...)

(...)

Como esperado, a capital fluminense atua como um polo concentrador das oportunidades de trabalho. De todos os trabalhadores da RMRJ que saem do município de residência para trabalhar, 65,4% têm como destino a cidade do Rio de Janeiro. Niterói é o segundo município que mais absorve mão de obra (11,8%), seguido de Duque de Caxias (6%) e Nova Iguaçu (4,6%). Estes dois últimos municípios parecem servir como polos da Baixada Fluminense, tendo em vista que atraem mão de obra de municípios vizinhos.

9.1.7. A intenção do Governo do Estado do Rio de Janeiro apresentada na justificativa do Projeto de Lei que instituiu o Bilhete Único Intermunicipal de permitir a igualdade de condições de concorrência ao emprego aos trabalhadores que residem longe dos postos de trabalho ressalta a importância social de tal benefício, e, portanto, a previsão da possibilidade de utilização da tarifa do Bilhete Único Intermunicipal está de acordo com a política social adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro:

O Bilhete Único se constitui em um grande instrumento de inclusão social. Ele permite que o trabalhador que reside longe dos postos de trabalho possa concorrer ao emprego em igualdade de condições com o trabalhador que reside em local próximo ao trabalho, assegurando, assim, a empregabilidade em toda a Região Metropolitana. Ao assegurar a plena mobilidade, o Bilhete Único permite também à população o acesso ao Lazer, à Saúde, à Educação e à Cultura. (CABRAL, 2009. Justificativa do Projeto de Lei nº 2.828/2009. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/6aa55451b1328067832566ec0018d821/00b13a1bb70e5ce98325768f00832623?OpenDocument&CollapseView>. Acesso em 14 fev. 2022)

9.1.8. O sindicato indicado no subitem 9.1.1 não é de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

9.1.9. Na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante pode utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (Acórdão TCU Plenário nº 1.097/2019).

9.1.10. É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT, observando-se as regras instituídas na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

9.1.11. A composição dos custos da proposta será realizada a partir do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante nos termos do subitem acima. A ausência da indicação do sindicato inviabiliza a análise das planilhas de custos e formação de preços.

9.1.12. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais e equipamentos, necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido sua substituição.

9.1.13. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço

9.1.14. Deverão ser encaminhadas, junto com os documentos complementares de habilitação e proposta comercial, tempestivamente, as planilhas de custos e formação de preços.

9.1.15. Para preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preços, deverá ser utilizado salário normativo, auxílio alimentação, auxílio transporte e outros benefícios tornados obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho da Categoria, vigente na data de apresentação da proposta de preços.

9.1.16. Em relação à cotação dos tributos a ser inserida na Planilha de Custo e Formação de Preços, cada empresa deverá utilizar o percentual de acordo com a legislação ou regime tributário a que esteja submetido, podendo ser objeto de diligência.

9.1.17. As Planilhas de Composição e Formação de Preços servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do Contrato e será utilizada como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.

9.1.18. Para o cálculo de vale-transporte e auxílio-alimentação, a Administração utilizou, para fins de estimativa de preços, 02 (dois) vales-transportes por dia de trabalho e 22 (vinte e dois) dias úteis em um mês.

9.1.19. Não há previsão de pagamento de adicional de periculosidade, de adicional de insalubridade, de adicional noturno ou de hora extra;

10. UNIFORMES

10.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, compatível com o clima do Rio de Janeiro, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

10.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

10.2.1. Camisa social masculina ou feminina. Material: Tricoline; Cor: Branca; Modelo: Social; Manga: Curta; Características adicionais: Abotoamento frontal, com bolso na lateral superior esquerda contendo a identificação da contratada - 2 (duas) peças;

- 10.2.2. Camisa polo masculino ou feminino. Material: Algodão; Cor: Cinza claro; Características adicionais: Bolso na lateral superior esquerda contendo a identificação da contratada - 3 (três) peças;
- 10.2.3. Calça social masculina ou feminina. Material: Oxford; Cor: Preta; Modelo: Social; Características adicionais: Com bolsos - 2 (duas) peças;
- 10.2.4. Calça jeans masculina ou feminina. Material: Algodão; Cor: Azul escuro; Modelo: Tradicional; Características adicionais: Com bolsos - 2 (duas) peças;
- 10.2.5. Casaco masculino ou feminino. Material: Moletom; Cor: Preta; Características adicionais: Aberto, com zíper e capuz - 1 (uma) peça;
- 10.2.6. Par de sapato social ou sapatênis masculino ou feminino. Material: Couro; Cor: Preta; Modelo: Social, Oxford ou Casual; Características adicionais: Com cadarço, solado emborrachado e sem salto, que se firme nos pés e que não comprometa a utilização dos pedais, em atenção ao inc. IV, art. 252 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB) - 2 (dois) pares;
- 10.2.7. Cinto com fivela. Material: Couro; Cor: Preta; Modelo: Social - 2 (duas) peças;
- 10.2.8. Par de meia social masculina ou feminina. Material: Algodão ou combinações com Poliamida; Cor: Preta; Modelo: Social; Cano: Longo ou 3/4 - 4 (quatro) pares;
- 10.2.9. Crachá de identificação. Material: PVC - 1 (uma unidade).
- 10.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:
- 10.3.1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, duráveis e que não desbotem facilmente;
- 10.3.2. Os uniformes deverão conter a identificação da Contratada, de forma visível, preferencialmente no blazer ou na própria camisa, podendo para isso conter um bolso, do lado esquerdo, para sua colocação;
- 10.3.3. Todos os sapatos deverão ser em couro maleável puro, na cor preta, e boa qualidade - não sintético.
- 10.3.4. 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.
- 10.3.5. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 10.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);
- 11.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

- 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.
- 12.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso aos documentos relativos à execução do serviço.
- 12.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 12.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.19. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.20. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 12.21. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 12.22. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.23. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 12.24. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 12.25. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 12.26. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 12.28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.29. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 12.29.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 12.29.2. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 12.30. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 12.31. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006,

para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

12.31.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

12.32. Será de responsabilidade da CONTRATADA a seleção de recursos humanos direcionados à execução do serviço objeto deste Termo e o cumprimento de todas as obrigações legais, inclusive as estabelecidas pela legislação trabalhista, por convenções coletivas de trabalho e outras, não imputando responsabilidade à Agência Nacional de Mineração.

12.33. Os profissionais deverão fazer parte do quadro de pessoal da CONTRATADA, sob o regime da CLT e devem ser alocados e treinados pela CONTRATADA, que deverá assegurar a qualidade do serviço prestado.

12.34. Compete ainda à Contratada:

12.34.1. Selecionar motoristas que tenham certificação de conclusão de cursos de primeiros socorros e de direção defensiva;

12.34.2. Manter disponibilidade de efetivo para atender, sempre que houver necessidade, eventuais substituições/reposições, cabendo-lhe, ainda, impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida na prestação de serviço para a Contratante;

12.34.3. Garantir que os motoristas disponibilizados para a Contratante permaneçam à sua disposição, durante os horários estabelecidos para a prestação do serviço em regime de dedicação exclusiva;

12.34.4. Acatar as exigências da fiscalização da Contratante quanto à execução dos serviços, horários, promovendo a imediata correção das deficiências apontadas quanto à execução do serviço contratado;

12.34.5. Garantir o cumprimento da jornada de trabalho estabelecida pela Contratante, em conformidade com as leis trabalhistas aplicáveis;

12.34.6. Orientar seus empregados para que se comportem sempre de forma cordial e se apresentem dentro dos padrões de higiene compatíveis com os padrões de boa apresentação;

12.34.7. Observar as disposições da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, que regulamentam o exercício da profissão de motorista e, em especial, assegurar aos motoristas alocados na prestação de serviço à Administração:

12.34.8. Não responder perante o empregador por prejuízo patrimonial decorrente da ação de terceiro, ressalvado o dolo ou a desídia do motorista, nesses casos mediante comprovação, no cumprimento de suas funções, conforme estabelecido na alínea a, inc. V, art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015;

12.34.9. Ter jornada de trabalho controlada e registrada de maneira fidedigna mediante anotação em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou sistema e meios eletrônicos instalados nos veículos, a critério do empregador - conforme estabelecido na alínea b, inc. V, art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015;

12.34.10. Benefício de seguro de contratação obrigatória e custeado pelo empregador, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral, referentes às suas atividades, no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial de sua categoria ou valor superior fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho - conforme estabelecido na alínea c, inc. V, art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015;

12.34.10.1. Conforme inc. XX, art. 611-B da CLT, "constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: (...) XX - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador";

12.34.11. Concessão de intervalo para descanso, repouso ou alimentação, conforme estabelece o art. 71 da CLT;

12.34.12. Jornada diária de trabalho do motorista profissional de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação excepcional por até 2 (duas) horas extraordinárias, conforme estabelecido no art. 59 da CLT;

12.34.13. Responsabilizar-se pela indenização dos danos causados aos veículos, assim como pelas infrações de trânsito eventualmente cometidas, promovendo a identificação do condutor infrator, reservado o direito à defesa prévia na forma prevista pelo órgão autuador, observando que eventual não identificação do condutor infrator não eximirá a Contratada do pagamento da multa imputada pelo órgão autuador;

12.34.13.1. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a contratante reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento no pagamento da fatura do mês.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as

demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

15.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

15.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de e-mail ou peticionamento eletrônico.

15.4. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

15.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

15.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

15.7.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

15.7.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

15.7.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

15.7.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

15.7.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

15.7.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

15.7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

15.7.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

15.7.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

15.7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

15.7.3. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

15.7.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

15.7.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

15.7.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

15.7.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

15.7.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

15.7.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- 15.7.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 15.7.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 15.7.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 15.7.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 15.8. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 15.8.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 15.8.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 15.8.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 15.9. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 15.10. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 15.7.1 acima deverão ser apresentados.
- 15.11. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 15.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 15.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 15.14. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.15. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 15.16. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 15.16.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 15.16.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 15.16.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 15.17. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 15.18. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 15.18.1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 15.19. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 15.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.22. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.25. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.26. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.27. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.29. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo II deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. As ocorrências constantes no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) devem ser totalizadas para o mês de referência, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço contratual, após apresentação das razões da contratada.

16.2.1.1. O nível de aceitação dos serviços será analisado da seguinte forma:

- a) Fator de Aceitação dos serviços: 100% de avaliação dos serviços (quando somatório de ocorrências for igual a 0)
- b) Fator de Aceitação dos serviços: 99,75% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for igual a 1)
- c) Fator de Aceitação dos serviços: 99,5% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for igual a 2)
- d) Fator de Aceitação dos serviços: 95% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for igual a 3) cumulativamente com a penalização de advertência conforme contrato
- e) Fator de Aceitação dos serviços: 90% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for superior a 3) cumulativamente com a penalização de multa conforme contrato.

16.2.1.2. A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado estabelecido acima.

16.2.1.3. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos relativos às metas definidas neste Termo de Referência, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

16.3. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021. (Acórdão Nº 2897/2019 - TCU - 2ª Câmara)

16.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.4.1. não produziu os resultados acordados;

16.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,

17.4.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

17.4.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

17.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.7. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.9. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.9.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.9.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.9.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

17.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. o prazo de validade;

18.4.2. a data da emissão;

18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4. o período de prestação dos serviços;

18.4.5. o valor a pagar; e

18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu

vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

19.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

19.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

19.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

19.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

19.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

19.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

19.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

19.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

19.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

19.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.11. As tarifas de abertura e manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – estão previstas na Tabela de Tarifas Pessoa Jurídica do Banco do Brasil S.A, disponível no endereço eletrônico na internet: www.bb.com.br, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

19.12. Em conformidade com o item 10.2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017, a fim de que tal parcela possa constar da planilha de custos e formação de preços apresentada pelos proponentes, informa-se que, conforme Tabela de Tarifas Pessoa Jurídica do Banco do Brasil S.A divulgada em 30/06/2022 e com vigência a partir de 01/08/2022, os valores das tarifas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, são, respectivamente, R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) e R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais). **Entretanto, atualmente, há a isenção das tarifas de abertura e manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação e seus valores devem ser zerados nas planilhas de custos e formação de preços. Pode ocorrer futuramente o retorno da cobrança das tarifas.**

19.13. Na ocorrência da cobrança da tarifa para abertura, essa será considerada um custo não renovável e o cálculo de seu valor na planilha de custos e formação de preços será feito através da divisão do valor da tarifa pelo resultado da multiplicação de quantidade de postos pelo número de funcionários por posto, sendo então dividido por 12 meses.

19.14. Na ocorrência da cobrança da tarifa de manutenção, o cálculo de seu valor na planilha de custos e formação de preços será feito através da divisão do valor da tarifa dividido pelo resultado da multiplicação de quantidade de postos pelo número de funcionários por posto.

19.15. As tarifas de conta vinculada serão consideradas como custo direto do serviço ao se utilizar os conceitos de Contabilidade de Custos, na ausência de definição expressa na IN SEGES 5/2017. Temos, pela NBC TSP 34 - Custos no Setor Público, de 18 de novembro de 2021, que "custo direto é o custo identificado e apropriado direta e objetivamente ao objeto de custo", ou seja, os custos diretos podem ser atribuídos diretamente à prestação de serviço da empresa, não havendo necessidade de critérios de rateio. Não havendo definição no modelo de planilha da IN 5/2017 SEGES do módulo/submódulo para inclusão das tarifas de conta vinculada, essas serão alocadas no módulo 5 - insumos diversos - para formação de preço e sobre os quais incidem custos indiretos, lucro e tributos.

19.16. Será destacado do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – o valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-depósito, caso a instituição financeira promova descontos diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

19.17. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.17.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

19.17.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.17.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.17.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.18. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

20.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

20.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

20.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

20.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

20.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

- 20.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 20.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 20.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 20.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 20.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 20.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 20.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 20.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 20.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.21. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir ao reembolso de diárias com pernoite:
- 20.21.1. O aumento do custo correspondente à alimentação (jantar) será apurado mediante a apresentação do novo valor do jantar vinculado à convenção coletiva de trabalho apresentada pela CONTRATADA, e na ausência do valor de jantar previsto em Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante, o valor do auxílio-alimentação diário previsto na Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante ou seu equivalente diário de auxílio-alimentação mensal previsto na Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante em proporção de 22 dias úteis.
- 20.21.2. O aumento do custo correspondente à pernoite/hospedagem será apurado mediante a aplicação do percentual de variação do aumento de pernoite/diária da convenção coletiva de trabalho apresentada pela CONTRATADA, preservando-se a proporcionalidade.

21. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 21.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 21.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 21.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 21.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 21.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 21.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 21.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

- 21.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 21.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 21.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 21.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.10. Será considerada extinta a garantia:
- 21.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 21.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 21.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 21.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 21.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
- 21.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

22.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os	01

	prepostos previstos no edital/contrato;	
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

23.3.1. [Comprovação](#) que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

23.3.1.1. Serão aceitos atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 1 (um) ano.

23.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

23.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

23.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da

contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23.3.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, **poderão** apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;

23.3.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

23.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

23.4.1. Valor Global para Serviço de Motorista: R\$ 102.370,32 (cento e dois mil trezentos e setenta reais e trinta e dois centavos).

23.4.2. Valor Global para Serviço de Motorista (Reembolso de Diárias com Pernoite): R\$ 44.068,32 (quarenta e quatro mil sessenta e oito reais e trinta e dois centavos).

23.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1. O custo estimado global da contratação é de R\$ 146.438,64 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

24.2. O custo estimado da contratação do Serviço de Motorista é de R\$ 102.370,32 (cento e dois mil trezentos e setenta reais e trinta e dois centavos).

24.3. O custo estimado da contratação do Serviço de Motorista (Reembolso de Diárias com Pernoite) é de R\$ 44.068,32 (quarenta e quatro mil sessenta e oito reais e trinta e dois centavos).

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

25.1. As despesas decorrentes da presente contratação de serviço de motorista correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 32396/323113;

Fonte de Recursos: 0141032184;

PTRES: 173493 (SRM);

Programa de Trabalho: 221253002215Z0001;

Elemento de Despesa: 339037.01;

Pré-empenho: 2022PE000007

PTRES: 173495 (SPM);

Programa de Trabalho: 221253002215Z0001;

Elemento de Despesa: 339037.01;

Pré-empenho: 2022PE000006

26. ANEXOS:

I – Estudo Técnico Preliminar;

II – Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

Elaborado por:

MAIRA MOREIRA RODRIGUES

Integrante Coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação
SEADM/RJ

LEANDRO MUNIZ DE ALMEIDA

Integrante Coordenador Substituto da Equipe de Planejamento da Contratação
SEADM/RJ

NEWTON TAKESHI OKUNO

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação
SEOFI/RJ

ADRIANA MENDES DINIZ

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação
SEADM/RJ

Atualizado por:

NEWTON TAKESHI OKUNO

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Newton Takeshi Okuno, Analista Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 04/10/2022, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Muniz de Almeida, Chefe do Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro**, em 04/10/2022, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **5138345** e o código CRC **491153AA**.

Referência: Processo nº 48064.000514/2021-80

SEI nº 5138345

Criado por [newton.okuno](#), versão 8 por [newton.okuno](#) em 04/10/2022 08:51:22.